



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (FAFICH)
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA (DSOA)
CENTRO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA EM PROGRAMAS SOCIAIS [CECAPS]
ESPECIALIZAÇÃO EM ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS
SOCIAIS EM ÁREAS URBANAS**

EJA – Cabana

Educação de Jovens e Adultos do Cabana do Pai Tomás

Juliana Caires Pereira

Belo Horizonte
2010

Juliana Caires Pereira

EJA – Cabana

Educação de Jovens e Adultos do Cabana do Pai Tomás

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação em Projetos Sociais em Áreas Urbanas

Belo Horizonte

2010

Sumário

1- Apresentação	4
1.1- O bairro Cabana do Pai Tomás	4
2- Justificativa	5
3- Objetivos	7
3.1- Objetivo Geral	7
3.2- Objetivos Específicos	7
4- Identificação do Problema	8
4.1- A EJA no Brasil: aspectos históricos	8
5- Metodologia de Ação	12
6- Administradores do Projeto	14
7- Marco Lógico	15
8- Metodologia de Acompanhamento	17
9- Cronograma	17
10- Orçamento	18
11- Referências Bibliográficas	18
12- Anexos	19

1- Apresentação

A Educação de Jovens e Adultos foi reconhecida como direito em 1996, com a reforma da legislação educacional brasileira (LDB -9394/96) que previu parâmetros e diretrizes para esta modalidade de ensino. Desde então, vários programas sociais destinados para a EJA vêm se desenvolvendo e muitas escolas públicas e privadas abrem regularmente cursos destinados aos jovens e adultos não escolarizados.

A intenção de se prever um capítulo específico para a EJA na LDB vem a calhar com uma insatisfação do governo federal com esta parcela excluída da população escolarizada brasileira e objetiva dar oportunidade de acesso ou de continuidade dos estudos àqueles que não tiveram a oportunidade de realizá-los ou concluí-los na idade própria. Por outro lado, parece que, se a intenção é essa, a realidade se mostra bem diferente.

Assim, se a própria LDB prevê em seu texto a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e as experiências mostram que o acesso ainda, este projeto se coloca como alternativa para a amenização deste problema (LDB/9394-96: 01)

Numa sociedade onde milhares e milhares de pessoas encontram-se à margem do processo educacional e, portanto, distantes da condição de usufruir direitos de plena cidadania, a Educação de Jovens e Adultos assume um papel fundamental no contexto da formação permanente do ser humano.

O objetivo deste projeto é proporcionar a elevação da escolaridade dos moradores do bairro Cabana do Pai Tomás através da oferta de ensino de Educação de Jovens e Adultos nos três níveis do ensino médio.

1.1- O bairro Cabana do Pai Tomás

O bairro Cabana do Pai Tomás está localizada na zona oeste de Belo Horizonte e surgiu nos anos 60 quando Belo Horizonte passava por uma crise no setor de habitações, após uma invasão, por cerca de 500 famílias, de terrenos de plantações de eucalipto à margem da avenida Amazonas. A maioria dos moradores da Cabana é proveniente de cidades do interior de Minas ou de outros estados, principalmente Bahia. Somente no final dos anos 70 é que os serviços de abastecimento de água e luz elétrica foram instalados na favela. Apesar de ter acesso aos serviços públicos básicos, as condições de vida no local são ainda muito precárias e a favela tem abrigado com freqüência guerras de gangues/traficantes.

A bairro possui uma população de cerca de 24 habitantes, com a maioria em situação de vulnerabilidade e risco social. Um dos principais problemas sociais do Bairro Cabana refere-se à questão da educação, constituindo um fator preponderante no processo de exclusão social. A precariedade do ensino e as condições de vida das crianças e dos adolescentes causam dificuldades de aprendizado. A escassez de áreas de lazer e de espaços para manifestações culturais é também um agravante para a situação de exclusão social da população do Bairro Cabana.

2- Justificativa

A conquista do direito à educação escolar para jovens e adultos é recente. Deu-se depois de diversas lutas travadas desde os anos 80, momento em que a constituição brasileira em vigor não previa a oferta de estudos para jovens acima dos 14 anos. Neste período, aqueles que não haviam cursado até a 4ª série do anterior 1º grau estavam respaldados pelo MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Já a opção para os jovens e adultos com a escola primária completa eram os exames supletivos, que ocorriam semestralmente na forma de ensino semipresencial (SOARES, 2005). Após o período de redemocratização do Brasil, com a constituição de 1988, o direito à educação estendeu-se a todos e o alcance de políticas públicas destinadas a esta parcela da população não escolarizada tornou-se mais visível.

Academicamente, ampliaram-se os debates e as trocas de experiências de pesquisas entre os profissionais e estudantes que se deleitavam sobre o tema da educação popular, o que abriu espaços para a militância pró direito à educação de pessoas jovens e adultas. Assim, os movimentos sociais, articulados nesta luta formaram as bases para a constituição da modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos. A nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases para a Educação) de 1996 aportou ainda mais o caminho para a legitimação da EJA, prevendo um capítulo específico para ela.

Contudo, a reforma educacional realizada pelo governo federal na década de 1990 e as políticas públicas que emergiram dela para atender a escolarização de pessoas jovens e adultas se constituíram, muitas vezes, como propostas pouco eficientes. A reforma descentralizou a gestão e o financiamento das ações governamentais para a educação com vistas a enxugar os gastos públicos (ajuste fiscal). Assim sendo, o estado redefiniu seu papel na oferta de serviços educacionais dividindo esta responsabilidade com entidades não governamentais e organizações societárias. O que se viu, como

consequência desta reforma, foi a execução de políticas educacionais compensatórias¹ que, se por um lado aumentam cada vez mais o número de matrículas na EJA, por outro “reiteram a subalternidade das propostas de educação para este segmento populacional” (RUMMERT & VENTURA, 2007: 34). Um exemplo desta última tese foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e valorização do Magistério (FUNDEF) por meio do decreto 2.808/97. Este fundo previa a distribuição, para os municípios, de recursos de investimento na educação fundamental. Porém, o FUNDEF subjuguou ainda mais a EJA, colocando-a num lugar marginal dentre as políticas públicas para educação básica, pois os financiamentos do fundo se destinavam apenas para a educação fundamental regular (de adolescentes até 14 anos). Como alternativa ao “pouco caso” do governo com relação à escolarização de jovens e adultos, difundiram-se práticas de *parceria*

“envolvendo universidades, movimentos sociais, organizações não-governamentais, associações comunitárias, sindicatos de trabalhadores, fundações privadas, organismos empresariais e órgãos públicos das três esferas do governo no desenvolvimento de projetos de alfabetização, elevação de escolaridade e/ou formação profissional. A disseminação de distintas práticas de parceria configura um terreno de experimentação de diferentes concepções do que possam vir a ser, num contexto de reforma do Estado, os serviços públicos não estatais” (HADDAD & PIERRO, 2000: 128).

Ademais, outra questão se coloca. Faz-se necessário, para atender às demandas básicas de escolarização e aprendizagem dos jovens e adultos, uma oferta, cada vez maior, de programas mais qualificados e especializados, no intento de superar “o modelo dominante das campanhas emergenciais e iniciativas de curto prazo (...), características da maioria dos programas que marcaram a história da educação de jovens e adultos no Brasil” (op. cit: 126).

Diante dos desafios enunciados, a necessidade de que a EJA se integre a um sistema nacional de educação capaz de oferecer oportunidade de acesso, garantia de permanência e qualidade a jovens e adultos para a conclusão da educação básica é também inadiável. Todos os esforços feitos pelo Brasil, nesse campo, em especial a partir da Constituição federal de 1988 que preceitua no Art. 208 a educação como direito de todos e dever do Estado; da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que passa a assumir a EJA como modalidade da educação; e da Resolução CEB/CNE nº. 1/2000 que reafirma a especificidade desta modalidade, demonstram que a cobertura é ínfima, se

¹ São exemplos de programas do Ministério da Educação destinados à EJA: “Programa de Alfabetização Solidária (PAS) de 1996 que contava com doações voluntárias e filantrópicas; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), de 1998 e gestado fora do espaço governamental (por movimentos sociais, organizações sindicais e conselhos de profissionais); o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM – e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos – PROEJA, mais recentes.

comparada ao número de brasileiros que não possuem educação básica, e que a oferta existente ainda está longe de corresponder às reais necessidades de jovens e adultos brasileiros.

Assim sendo, não cabe dúvida de que uma significativa parcela dos jovens e adultos da população brasileira ainda se encontra alheia ao processo educativo e de inclusão cidadã e o desafio de fortalecer o atendimento e a qualidade na EJA é tarefa que exige esforços tanto do poder público quanto de entidades não governamentais. E por isso, este projeto se impõe como alternativa viável e relevante no intento de promover alterações na realidade dos jovens e adultos do Cabana do Pai Tomaz.

3- Objetivos

3.1- Objetivo geral :

- Propiciar meios para elevação da escolaridade de jovens e adultos do Cabana do Pai Tomaz que não possuem escolaridade de nível médio completo.

3.2- Objetivos Específicos:

- Garantir a valorização da escola formal através do incentivo à leitura e à escrita;
- Estimular a visão crítica perante a sociedade;
- Conjuguar a unidade dos conteúdos de ensino propostas com a possibilidade de adaptação às peculiaridades local dentro das especificidades da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos;
- Enfatizar os conceitos básicos e as funções sociais das diferentes ciências, focalizando os respectivos conteúdos na perspectiva da vida contemporânea;
- Adotar estratégias de ensino diversas (estudo de textos, vídeos e filmes, produção e revisão de textos escritos, exercícios práticos e orientados, etc.) que dialoguem com o mundo dos jovens e adultos;
- Centrar a avaliação no desempenho dos alunos, de maneira contínua, progressiva e contextualizada, abrangendo todos os momentos e os diferentes aspectos do curso;
- Avaliar múltiplos aspectos do desempenho dos alunos, indo além da aferição de conhecimentos e considerando atitudes, comportamentos e compromisso com o estudo;

- Utilizar diferentes procedimentos e instrumentos de avaliação, inclusive provas e trabalhos finais, para fundamentar a auto-avaliação e a avaliação pelos colegas e pelos professores.

4- Identificação do Problema

Ao fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema, foi possível perceber que existe e persiste a demanda de produção de conhecimento sobre a área temática – EJA –, pois, segundo Arroyo (2006) o campo da EJA tem uma longa história, entretanto não é ainda um campo consolidado nas áreas de pesquisa, de políticas públicas e diretrizes educacionais, da formação de educadores e intervenções pedagógicas. Neste projeto o que pretendeu-se foi, inicialmente, conhecer o perfil destes sujeitos que encontram-se num processo educativo que tem como um de seus objetivos atender às suas especificidades, partindo do pressuposto de Arroyo (2006):

Penso que a reconfiguração da EJA não pode começar por perguntar-nos pelo seu lugar no sistema de educação e menos pelo seu lugar nas modalidades de ensino. (...) O ponto de partida deverá ser perguntar-nos quem são esses jovens e adultos. (ARROYO, 2006, p.22)

Na tentativa de melhor delinear as questões que envolve a Educação de Jovens e Adultos, será necessário conhecer sobre os aspectos históricos da EJA no Brasil.

4.1- A EJA no Brasil: aspectos históricos

A história da Educação de Jovens e Adultos (EJA) apresenta muitas variações ao longo do tempo, demonstrando estar estreitamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas que caracterizaram os diferentes momentos históricos do país.

Inicialmente a alfabetização de adultos para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-a a ler e a escrever. Essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte, os índios pudessem ser catequizados e, mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. A expulsão dos Jesuítas, ocorrida no século XVIII, desorganizou o ensino até então

estabelecido. Novas iniciativas sobre ações dirigidas à educação de adultos somente ocorreram durante a época do Império.

Desde a Revolução de 1930, as mudanças políticas e econômicas permitiram o início da consolidação de um sistema público de educação elementar no país. A Constituição de 1934 estabeleceu a criação de um Plano Nacional de Educação, que indicava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado, incluindo em suas normas a oferta do ensino primário integral, gratuito e de frequência obrigatória, extensiva para adultos.

A década de 40 foi marcada por algumas iniciativas políticas e pedagógicas que ampliaram a educação de jovens e adultos: a criação e a regulamentação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o surgimento das primeiras obras dedicadas ao ensino supletivo; o lançamento da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), e outros. Este conjunto de iniciativas permitiu que a educação de adultos se firmasse como uma questão nacional. Ao mesmo tempo, os movimentos internacionais e organizações como a UNESCO, exerceram influência positiva, reconhecendo os trabalhos que vinham sendo realizados no Brasil e estimulando a criação de programas nacionais de educação de adultos analfabetos. Em 1946, com a instalação do Estado Nacional Desenvolvimentista, houve um deslocamento do projeto político do Brasil, passando do modelo agrícola e rural para um modelo industrial e urbano, que gerou a necessidade de mão-de-obra qualificada e alfabetizada.

Em 1947, o MEC promoveu a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). A campanha possuía duas estratégias: os planos de ação extensiva (alfabetização de grande parte da população) e os planos de ação em profundidade (capacitação profissional e atuação junto à comunidade). O objetivo não era apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo. Essa campanha – denominada CEAA – atuou no meio rural e no meio urbano, possuindo objetivos diversos, mas diretrizes comuns. No meio urbano visava a preparação de mão-de-obra alfabetizada para atender às necessidades do contexto urbano-industrial. Na zona rural, visava fixar o homem no campo, além de integrar os imigrantes e seus descendentes nos Estados do Sul. Apesar de, no fundo, ter o objetivo de aumentar a base eleitoral (o analfabeto não tinha direito ao voto) e elevar a produtividade da população, a CEAA contribuiu para a diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil (Vieira, 2004, p. 19-20).

Ainda em 1947, realizou-se o 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos. E em 1949 foi realizado mais um evento de extrema importância para a educação de adultos: o Seminário

Interamericano de Educação de Adultos. Em 1952 foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), inicialmente ligada a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos - CEAA. A CNER caracterizou-se, no período de 1952 a 1956, como uma das instituições promotoras do processo de desenvolvimento de comunidades no meio rural brasileiro. Contava com um corpo de profissionais de áreas diversas como agronomia, veterinária, medicina, economia doméstica e assistência social, entre outras, que realizavam trabalho de desenvolvimento comunitário junto às populações da zona rural. Ainda nos anos 50, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade à educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda poderia significar alteração em suas condições de vida. "A CNEA, em 1961, passou por dificuldades financeiras, diminuindo suas atividades. Em 1963 foi extinta, juntamente com as outras campanhas até então existentes "(Vieira, 2004, p. 21-22).

Em 1958, foi realizado o segundo Congresso Nacional de Educação de Adultos, objetivando avaliar as ações realizadas na área e visando propor soluções adequadas para a questão. Foram feitas críticas à precariedade dos prédios escolares, à inadequação do material didático e à qualificação do professor. A delegação de Pernambuco, da qual Paulo Freire fazia parte, propôs uma educação baseada no diálogo, que considerasse as características socioculturais das classes populares, estimulando sua participação consciente na realidade social. Nesse congresso se discutiu, também, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e, em decorrência, foi elaborada em 1962 o Plano Nacional de Educação, sendo extintas as campanhas nacionais de educação de adultos em 1963.

Na década de 60, com o Estado associado à Igreja Católica, novo impulso foi dado às campanhas de alfabetização de adultos. No entanto, em 1964, com o golpe militar, todos os movimentos de alfabetização que se vinculavam à idéia de fortalecimento de uma cultura popular foram reprimidos. O Movimento de Educação de Bases (MEB) sobreviveu por estar ligado ao MEC e à igreja Católica. Todavia, devido às pressões e à escassez de recursos financeiros, grande parte do sistema encerrou suas atividades em 1966.

A década de 70, ainda sob a ditadura militar, marca o início das ações do Movimento Brasileiro de Alfabetização – o MOBREAL, que era um projeto para se acabar com o analfabetismo em apenas dez anos. Após esse período, quando já deveria ter sido cumprida essa meta, o Censo divulgado pelo IBGE registrou 25,5% de pessoas analfabetas na população de 15 anos ou mais. O programa passou

por diversas alterações em seus objetivos, ampliando sua área de atuação para campos como a educação comunitária e a educação de crianças.

O ensino supletivo, implantado em 1971, foi um marco importante na história da educação de jovens e adultos do Brasil.

Durante o período militar, a educação de adultos adquiriu pela primeira vez na sua história um estatuto legal, sendo organizada em capítulo exclusivo da Lei nº 5.692/71, intitulado ensino supletivo. O artigo 24 desta legislação estabelecia com função do supletivo suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos que não a tenham conseguido ou concluído na idade própria. (Vieira, 2004, p. 40).

Foram criados os Centros de Estudos Supletivos em todo o País, com a proposta de ser um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização. O objetivo era escolarizar um grande número de pessoas, mediante um baixo custo operacional, satisfazendo às necessidades de um mercado de trabalho competitivo, com exigência de escolarização cada vez maior. O sistema não requeria frequência obrigatória e a avaliação era feita em dois módulos: uma interna ao final dos módulos e outra externa feita pelos sistemas educacionais. Contudo, a metodologia adotada gerou alguns problemas: o fato de os cursos não exigirem frequência faz com que os índices de evasão sejam elevados, o atendimento individual impede a socialização do aluno com os demais colegas, a busca por uma formação rápida a fim de ingressar no mercado de trabalho, restringe o aluno à busca apenas do diploma sem conscientização da necessidade do aprendizado.

Na visão de (Haddad, 2002) os Centros de Estudos Supletivos não atingiram seus objetivos verdadeiros, pois, não receberam o apoio político nem os recursos financeiros suficientes para sua plena realização. Além disso, seus objetivos estavam voltados para os interesses das empresas privadas de educação.

No início da década de 80, a sociedade brasileira viveu importantes transformações sócio-políticas com o fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização, basta lembrar da campanha nacional a favor das eleições diretas. Em 1985, o MOBREAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação EDUCAR. O contexto da redemocratização possibilitou a ampliação das atividades da EJA. Estudantes, educadores e políticos organizaram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos. A nova Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada.

Contudo, a partir dos anos 90, a EJA começou a perder espaço nas ações governamentais. Em março de 1990, com o início do governo Collor, a Fundação EDUCAR foi extinta e todos os seus funcionários colocados em disponibilidade. Em nome do enxugamento da máquina administrativa, a União foi se afastando das atividades da EJA e transferindo a responsabilidade para os Estados e Municípios.

Em janeiro de 2003, o MEC anunciou que a alfabetização de jovens e adultos seria uma prioridade do novo governo federal. Para isso, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, cuja meta é erradicar o analfabetismo. Para cumprir essa meta foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos estaduais e municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos que desenvolvam ações de alfabetização.

Mesmo reconhecendo a disposição do governo em estabelecer uma política ampla para EJA, especialistas apontam a desarticulação entre as ações de alfabetização e de EJA, questionando o tempo destinado à alfabetização e à questão da formação do educador. A prioridade concedida ao programa recoloca a educação de jovens e adultos no debate da agenda das políticas públicas, reafirmando, portanto, o direito constitucional ao ensino fundamental, independente da idade. Todavia, o direito à educação não se reduz à alfabetização. A experiência acumulada pela história da EJA nos permite reafirmar que intervenções breves e pontuais não garantem um domínio suficiente da leitura e da escrita. Além da necessária continuidade no ensino básico, é preciso articular as políticas de EJA a outras políticas. Afinal, o mito de que a alfabetização por si só promove o desenvolvimento social e pessoal há muito foi desfeito. Isolado, o processo de alfabetização não gera emprego, renda e saúde (Vieira, 2004, p. 85-86).

Apesar de não estar havendo continuidade dos programas ao longo dos tempos, a Educação de Jovens e Adultos está sempre sendo buscada, com o objetivo de realmente permitir o acesso de todos à educação, independentemente da idade. Desta forma, fica claro o caminho que a EJA percorreu em nosso país até chegar aos dias de hoje. Muito já foi feito, mas ainda há o que se fazer.

5- Metodologia de Ação

A metodologia de ação tem como finalidade intervir diretamente nas principais barreiras para os baixos níveis de escolaridade dos jovens e adultos do Cabana do Pai Tomáz, e assim desenvolver ações para que possam minimizar ou extinguir tal problema.

É proposto neste projeto que no início do ano de 2011, os alunos que matricularem em qualquer das fases, oferecidas através da modalidade EJA (nível médio), preencham um questionário

de anamnésia. Assim será possível ter um perfil traçado dos jovens e adultos da EJA- Cabana, saber qual região residem, qual o nível socioeconômico, alguns valores éticos e culturais, estrutura familiar, trajetória escolar e as demandas que esperam ser supridas através da EJA.

O questionário será uma grande fonte de informações, das quais serão utilizadas para a elaboração de uma proposta pedagógica, a partir de uma compreensão sobre o real aluno da EJA- Cabana.

Será contratada uma equipe técnico-pedagógica composta por um pedagogo e professores habilitados a ministrar aulas de Português, Matemática, História, Geografia, Química, Física, Sociologia, Filosofia e Artes.

Serão propiciados momentos de formação para a equipe técnico- pedagógica e docente com o objetivo de possibilitar maior capacitação e maior entendimento sobre as demandas e especificidades do aluno da EJA. Tal ação contribui para a melhoria do ensino, o que pode gerar um maior comprometimento e interesse dos alunos pela escola.

Serão oportunizadas também, reuniões semanais com o intuito de promover o diálogo e estudos sobre situações do cotidiano da EJA- Cabana. Estes encontros reforçam o comprometimento de todos os profissionais com a qualidade do ensino e podem favorecer ajuda em momento oportuno.

A equipe técnico-pedagógica e docente, será estimulada a elaborar uma estrutura curricular que atenda as demandas do alunado da EJA. Para isso serão utilizados dados obtidos através da anamnésia, relatórios de observação dos professores, associados aos conhecimentos adquiridos pelos mesmos em sua formação.

Serão disponibilizadas quatro salas do Centro Juvenil Dom Bosco: três salas serão destinadas às aulas dos níveis de ensino médio da EJA e a outra servirá de apoio à equipe técnico-pedagógica e docentes. Para uma maior efetivação dos resultados esperados, o laboratório de informática do Centro Juvenil Dom Bosco será aberto aos alunos da EJA- Cabana e aulas de informática serão acrescentadas ao currículo. O uso do computador pode favorecer a aprendizagem mais significativa dos conteúdos, quando utilizado como meio para pesquisa, por exemplo, também estimula o exercício da cidadania, através da inserção no mundo digital.

Serão disponibilizados materiais que contenham assuntos sobre o cotidiano da vida dos jovens e adultos. Haverá um espaço para revistas, livros, etc., com temas como mercado de trabalho, convivência familiar, hábitos alimentares, e etc. Os alunos também serão estimulados a fazer uso deste material, através de concursos literários, produção escrita, debates sobre reportagens lidas e etc.

Será proporcionado aos alunos, espaços de convivência, possibilitando maiores oportunidades de encontro e também oportunidades para aprendizagem. Estes espaços poderão ser utilizados tanto como para a exposição de trabalhos dos alunos da EJA, quanto para a apresentações artísticas e etc.

A cada ano será realizada uma análise detalhada da gestão do projeto. Os dados obtidos para está avaliação se darão no início e término de cada semestre. Nele constará o grau de satisfação dos alunos em relação ao ensino. A equipe técnico-pedagógica também terá oportunidade de expor as satisfações e insatisfações em relação ao projeto.

Estes dados serão contabilizados no decorrer da vigência do projeto e servirão de apoio para a compreensão do impacto na realidade dos alunos da EJA - Cabana.

6- Administradores do Projeto

A administração do projeto será compartilhada entre: parceiros/gestores, equipe- técnico pedagógica, docentes e discentes. Eles terão responsabilidades distintas, mas possuem uma relação de interdependência entre si.

Serão atribuições dos parceiros/gestores:

- Acompanhar a gestão e avaliar o projeto;
- Estabelecer parcerias com entidades que possam fortalecer o projeto;

Serão atribuições da equipe técnico-pedagógica e docente:

- Executar o projeto;
- Zelar pela qualidade da execução;
- Oferecer informações que se fizerem necessárias para os gestores;

Serão atribuições dos discentes:

- Acompanhar e zelar pela execução do projeto;
- Oferecer informações que se fizerem necessárias para os gestores.

Parceiros/gestores:

Centro Juvenil Dom Bosco

O Centro Juvenil Dom Bosco, denominado anteriormente por Obras Sociais Cabana Pai Tomás, surgiu em 16 de dezembro de 1988. A Instituição tem a missão de proporcionar a crianças e

adolescentes em situação de risco social e pessoal a formação integral e humana. O Centro Juvenil Dom Bosco é mantido pela Inspeção São João Bosco, sociedade civil, sem fins lucrativos, de assistência social e beneficente que, há 60 anos, desenvolve ações educativas e preventivas em seis estados brasileiros, voltadas para a promoção e proteção de crianças, adolescentes e jovens. O público beneficiado pela Instituição são, na maioria, moradores do Aglomerado Cabana Pai Tomás.

Colégio Salesiano de Belo Horizonte

Os trabalhos educativos do Colégio Salesiano de Belo Horizonte teve início em 1955. Em 2002, os Colégios Salesianos do Brasil e os Colégios das Irmãs Salesianas se organizaram em Rede Salesiana de Escolas, oferecendo serviços de educação alicerçados nos princípios cristãos que permeiam a filosofia de seus fundadores: Dom Bosco e Madre Mazzarello: Formar bons cristãos e honestos cidadãos. Ao longo do tempo, o Colégio foi crescendo, modernizando-se e expandindo suas atividades junto à comunidade.

7- Marco Lógico

PROJETO: EJA - Cabana

Resumo Narrativo	Indicadores para Acompanhamento	Fonte de dados para indicadores	Pressupostos relevantes
Objetivo Superior 1- Propiciar meios para elevação da escolaridade de jovens e adultos do Aglomerado Cabana do Pai Tomaz que não possuem escolaridade de nível médio completo.	1.1- Que um total de 25 alunos conclua a cada ano o ensino médio na modalidade EJA.	1.1- Observação da frequência dos alunos matriculados no início do ano letivo até o seu término. 1.2 – Estatísticas de formatura dos alunos;	1-Desistência dos alunos durante o período escolar (Evasão escolar)
Objetivo do Projeto 1- Adotar estratégias de ensino diversas que dialoguem com o mundo dos jovens e adultos;	1.1- Que todo o material didático utilizado seja diversificado.	1.1- Dados administrativos	
2- Conjuguar a unidade dos	2.1- Que 95% da equipe técnico-	2.1- Dados administrativos;	

<p>conteúdos de ensino propostas com a possibilidade de adaptação às peculiaridades local dentro das especificidades da modalidade de ensino da Educação de Jovens e Adultos</p> <p>3-Avaliar múltiplos aspectos do desempenho dos alunos, indo além da aferição de conhecimentos.</p>	<p>pedagógica e corpo docente seja capacitada para trabalhar com a EJA.</p> <p>2.2- Que a metodologia de ensino seja flexível e adaptada a realidade local.</p> <p>3.1- Que os alunos da EJA tenham 75% de aproveitamento cognitivo durante sua trajetória escolar.</p>	<p>2.3 - Questionários avaliativos sobre o grau de satisfação dos alunos em relação aos conteúdos desenvolvidos e metodologia de ensino;</p> <p>3.1- Avaliações e relatórios de aproveitamento(notas) dos alunos por etapa do semestre letivo;</p>	
<p>Produto</p> <p>1- Elaboração de uma estrutura curricular para a modalidade EJA;</p> <p>2- Acompanhamento e avaliação do projeto</p>	<p>1.1- Elaboração e implantação de uma estrutura curricular</p> <p>2.1- Que a cada ano se faça uma análise detalhada da gestão do projeto;</p> <p>2.2- Que se levantem e se processem dados de insumo e resultados.</p>	<p>1.1- Dados Administrativos</p> <p>2.1 – Dados de monitoramento do projeto.</p> <p>2.2 – Dados de Monitoramento do Projeto.</p>	
<p>Atividades</p> <p>1.2 – Utilização de um material didático diversificado.</p> <p>2.2 – Desenvolver uma metodologia de avaliação compatível com a modalidade de ensino EJA</p> <p>3.1 – Elaboração e Implantação de uma estrutura curricular para a modalidade de ensino EJA</p> <p>4- Contratar profissionais da educação para compor a equipe técnico-pedagógica</p> <p>5 - Relatórios de resultado e avaliação anual do projeto;</p>	<p style="text-align: center;">Orçamento</p>		

8- Metodologia de Acompanhamento

A avaliação ocorrerá de forma qualitativa e quantitativa durante todo o processo de execução do projeto, sendo construído de acordo com o cronograma de atividades e da seguinte forma:

1. Avaliação com os professores e alunos: por meio de questionários e entrevistas semi-estruturadas aplicados anualmente até o término do projeto;
2. Avaliação sobre as propostas na metodologia de ação: através de reuniões mensais com os coordenadores e com o corpo técnico-pedagógico da EJA-Cabana;
3. Avaliação das atividades: elaboração de relatório mensal sobre o andamento das ações do projeto para acompanhamento;

O monitoramento através de relatórios mensais elaborados pelos coordenadores, proporcionará uma visão detalhada do andamento das atividades propostas na metodologia de ação e dos possíveis ajustes a serem realizados. As reuniões entre os professores e corpo técnico-pedagógico trará como resultado uma maior articulação entre os mesmos. As sugestões e críticas feitas serão levadas em consideração, a fim de conceberem e elaborarem as ações futuras. Os questionários e entrevistas aplicados semestralmente com todos os envolvidos no processo, fornecerão um mapa do projeto, permitindo uma leitura sistemática dos objetivos propostos e seus respectivos resultados.

9- Cronograma

ATIVIDADE	PREVISÃO DE INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	RELATÓRIO DE INDICADORES
Contratar profissionais da educação para compor a equipe técnico-pedagógica	Janeiro de 2011	Fevereiro de 2011	Março de 2011
Elaboração de um material didático diversificado.	Dezembro de 2010	Janeiro de 2011	Fevereiro de 2011
Desenvolver uma metodologia de avaliação compatível com a modalidade de ensino EJA	Fevereiro de 2011	Dezembro de 2011	Janeiro de 2012.
Questionário de avaliação: (satisfação do aluno).	Setembro de 2011	Dezembro de 2011	Fevereiro de 2012
Elaboração de uma estrutura	Outubro de 2010	Janeiro de 2011	Janeiro de 2011.

curricular para a modalidade de ensino EJA			
Relatórios de resultado e avaliação anual do projeto	Novembro de 2011	Dezembro de 2011	Janeiro de 2012

10- Orçamento

Ações/Produtos	Atividades	2011	2012
1. Contratar e capacitar equipe técnico-pedagógica	1.1. Cursos de atualização / qualificação na modalidade EJA	2.000	
	1.2. Contratar e manter quadro de pessoal	24.000	24.000
Sub-Total		26.000	24.000
2. Aquisição de material diversificado	2.1. Material multimídia (vídeos e filmes)	500	300
	2.2. Materiais de consumo (pincel, papel, etc.)	1.000	1.000
	2.3. Materiais administrativos	2.000	2.000
Sub-Total		3.500	3.300
3. Confeccionar material didático-pedagógico	3.1. Elaborar estrutura curricular do ensino de alfabetização	2.000	
	3.2. Material didático para os alunos e professores	3.000	3.000
Sub-Total		5.000	3.000
4. Acompanhamento e avaliação do projeto	4.1. Elaborar e implementar sistema de informação	1.000	
	4.2. Monitoramento e avaliação	1.000	1.000
Sub-Total		2.000	1.000
Total Geral		36.500	31.300

11- Referências Bibliográficas

ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, Leôncio (Orgs.). Diálogos na Educação de Jovens e Adultos. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.

CORREA, Lycinia Maria, SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes & BICALHO, Maria Gabriela Parenti. Os significados que jovens e adultos atribuem à experiência Escolar, 2005, UNIVALE, acessado no: <http://www.filosofiauniso.xpg.com.br> em 04/04/2010.

HADDAD, Sergio; PIERRO, Maria Clara di. Escolarização de Jovens e Adultos. *Revista Brasileira de Educação*, mai-ago 2000, n. 14, São Paulo.

HADDAD (Coord.), Sérgio. Educação de jovens e adultos no brasil (1986-1998). Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002. p. 25-54. Série: Estado do Conhecimento.

SANTOS, G. L. Quando adultos voltam para a escola: o delicado equilíbrio para obter êxito na tentativa de elevação da escolaridade. In: SOARES, Leôncio (Org.). *Aprendendo com a diferença – estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003, p.11-38.

SOARES, Leôncio,. *Aprendendo com a diferença: estudos e pesquisas em educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VIEIRA, Maria Clarisse. Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

12- Anexos

12.1- Diagnóstico

A implantação de um curso de ensino médio na modalidade EJA no Cabana do Pai Tomás é um desejo antigo de alguns moradores. Em 2008 o Grupo de Apoio dos Moradores do Cabana acolheu esta demanda e realizou um levantamento dos moradores interessados em estudar na EJA com o objetivo de apresentar uma proposta de abertura do curso na Escola Estadual Geraldo Jardim Linhares, localizada no Madre Gertrudes, bairro próximo do Cabana do Pai Tomás . A proposta foi apresentada a direção da escola e levada até a Secretaria Estadual de Educação que considerou inviável a abertura do curso.

Desde 2007, funciona no Cabana um projeto de Educação de Jovens e Adultos em nível fundamental, resultado de uma iniciativa dos moradores apoiado pelo Fundo Cristão. Os alunos que se formam no projeto, bem como outros que desejam concluir o ensino médio, precisam se deslocar até outros bairros para ter acesso à escola.

No início de 2010, a formuladora² deste projeto tomou conhecimento da situação através de alguns membros do Grupo de Apoio, e foi então, que surgiu o interesse de elaborar o trabalho de conclusão do curso de Especialização em Projetos Sociais que fosse de encontro com a demanda apresenta pelos moradores.

Para fins deste projeto realizou-se em Julho de 2010 um diagnóstico com o objetivo de conhecer o perfil dos moradores do Cabana que desejam estudar no projeto EJA-Cabana. Inicialmente, foi feita uma análise documental que contemplou os documentos do Grupo de Apoio (atas de reunião, etc.) e também um levantamento³ dos interessados em dar continuidade aos estudos através de uma lista que circulou pela comunidade. Um total de 73 moradores assinou a lista, e a 30 destes foi aplicado um questionário fechado em que foi possível traçar um perfil do público-alvo em questão. O quadro a seguir mostra uma síntese dos resultados dos questionários aplicados.

Sexo	(11) Masculino (19) Feminino
Estado Civil	(10) Solteiro(a)

² Trabalha no Cabana do Pai Tomás como técnico social no Programa de Controle de Homicídios entre Jovens da Secretaria de Estado de Defesa Social.

³ Este etapa foi realizada por três moradores bem articulados na comunidade.

	(12) Casado(a) (3) Separado(a) (1) Viúvo(a) (4) Vive com companheiro(a)
Idade	(3) De 15 a 20 anos (12) De 21 a 30 anos (12) De 31 a 40 anos (2) De 41 a 50 anos (1) Com mais de 51 anos
Situação Ocupacional	(18) Trabalha (12) Não trabalha

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa com 8 moradores através de questionários com informações semi-estruturadas. Os resultados apontaram para um grupo heterogêneo enquanto a distribuição etária, mas homogêneo no que pese às motivações e possibilidades de mobilidade social com a retomada de suas trajetórias escolares. Destaco, especialmente, as respostas dadas a duas questões. Primeiramente, interpelados “por que você deseja continuar a estudar?” a maioria respondeu “para ter um futuro melhor”, seguida da resposta “para ter um emprego melhor”. Assim, foi possível perceber que o estudo é tomado pelos moradores como uma *possibilidade*, ou seja, como forma de impactar positivamente suas vidas diretas. Em segundo lugar, à pergunta: “quais dificuldades você encontra para seguir estudando” as respostas variam desde barreiras de aprendizagem refletidas na leitura e escrita, passando pela conciliação entre trabalho e estudo, pelo cansaço depois de um dia inteiro de trabalho, até pela não adaptação ao ambiente escolar e à sistemática de estudo e avaliação

A partir das questões acima, foi possível verificar que o trabalho é um dos fatores apontados como causador do abandono dos estudos, uma das principais dificuldades em prosseguir estudando, mas também motivo de interesse em retornar aos bancos escolares.

12.2- Árvore de Problemas

